



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Jaqueline Soares da Silva

Formação de Professores: os desafios das mães universitárias no
curso de Pedagogia da UFRJ

Orientadora: Prof.^a Dra. Irene Giambiagi

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2019



Jaqueline Soares da Silva

Formação de Professores: os desafios das mães universitárias no
curso de Pedagogia da UFRJ

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da
UFRJ, como requisito parcial à obtenção de título de
licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dra. Irene Giambiagi

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2019



Formação de Professores: os desafios das mães universitárias no
curso de Pedagogia da UFRJ

Jaqueline Soares da Silva

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da
UFRJ, como requisito parcial à obtenção de título de
licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Irene Giambiagi (Orientadora)
Faculdade de Educação/ UFRJ

Prof.^a Dra. Maria Comes Muanis
Faculdade de Educação/ UFRJ

Prof.^a Dra. Suzy dos Santos
Escola de Comunicação/ UFRJ

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2019

Dedicatória

A minha mãe e minha filha em especial, aquela que me deu a vida, que com muito carinho não mediu esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida. E minha filha que foi minha inspiração para que tudo ocorresse. Ao meu esposo Eduardo, que me ajuda muito nessa luta diária. E também às mães universitárias que são guerreiras por enfrentar todos os desafios para conseguir se formar.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças para superar todas as dificuldades. Agradeço à minha mãe Sandra, aos meus irmãos Allan e Alex, ao meu esposo Eduardo e minha filha e minha inspiração Maria Cecília, por toda a dedicação e esforço, por todo o amor, pelos conselhos ensinados. Obrigada por cada palavra amiga, por me darem forças para seguir em frente quando eu me deparava com diversos obstáculos. Vocês são meus maiores incentivadores. Sem vocês, nada disso teria sentido.

À minha orientadora Irene Giambiagi, pela amizade, dedicação, paciência, ensinamentos e por, com muito carinho, me ajudar a construir este trabalho. Muito obrigada!

Às minhas amigas, as duas Ana Paula, madrinhas da minha filha, e a Monique, por estarem sempre por perto dispostas a me ajudar, ouvindo minhas angústias e desabafos, compartilhando também momentos de muita alegria. Obrigada por tudo!

Às minhas amigas da Faculdade de Educação Rayane, Taís, Fernanda, Rafael, Jéssica, Ana Caroline, Nara e Suzana, por todo o incentivo durante essa trajetória. Às minhas amigas da orientação coletiva pelo acolhimento e pelos momentos de troca, em especial Rayane, que estava sempre pronta para me ajudar em tudo.

Aos mestres e doutores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que contribuíram muito para minha formação em Pedagogia, e a todas as mães universitárias da Pedagogia da UFRJ que participaram do meu trabalho.

Epígrafe

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo, se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

RESUMO

Os objetivos gerais que nortearam a elaboração do presente trabalho consistiram em compreender os principais desafios vivenciados pelas mães universitárias no curso de Pedagogia da UFRJ e conhecer políticas de permanência voltadas para a continuidade dos estudos universitários de mães e gestantes. Realizei uma pesquisa de cunho qualitativo, para a qual elaborei um questionário estruturado, respondido por 10 mães universitárias de 18 a 34 anos, cursando diferentes períodos na Faculdade de Educação. O referencial teórico utilizado baseou-se nos autores Winnicott, Glat, Greer, Sampaio e Beauvoir. O trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro, abordo os temas mães na universidade, gravidez e continuidade dos estudos de graduação, maternidade e relacionamento; no segundo, analiso a relação entre mães e a legislação sobre a temática, a luta por creche e a oferta de educação desde o nascimento; também explico os movimentos e a assistência às mães universitárias; no terceiro e último capítulo, exponho as análises das entrevistas e a narrativa das mães, com destaque para as dificuldades vivenciadas por elas em seu dia a dia. Mediante o que foi estudado ao longo do processo de elaboração deste trabalho, pude perceber que, apesar das mães em alguns estados brasileiros terem assistência estudantil, ainda faltam muita informação e políticas públicas para que os direitos das mães universitárias possam realmente ser respeitados. Finalizo a monografia relatando minha própria vivência, apontando sugestões de melhorias para o cumprimento dos direitos das mães universitárias e refletindo sobre como conciliar as exigências e a complexidade da vida acadêmica em seus diversos aspectos com a plenitude de um momento único e especial na vida das mulheres, que é a maternidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mães universitárias, direito à creche, assistência estudantil, gravidez e estudos, feminismo.

Siglas e Abreviaturas

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

READ – Regime Especial de Atendimento Domiciliar

REMAD – Rede Mãos dadas de Apoio às Mães Universitárias

OIT- Organização Internacional do Trabalho

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal Rio Grande do Norte

UFRGS – Universidade Federal Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal Santa de Catarina

UFSP – Universidade Federal de São Paulo

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

Sumário

Introdução	09
Capítulo 1: Mães na Universidade	13
1.1 Gravidez e estudos.....	15
1.2 Maternidade e relacionamentos.....	17
Capítulo 2: Mães e a legislação	22
2.1 A luta por creche e a educação desde o nascimento.....	29
2.2 Movimentos e assistência às mães universitárias.....	33
Capítulo 3: Análise das entrevistas e narrativas das mães universitárias.....	37
Considerações Finais	49
Referências Bibliográficas.....	51
Anexo: Questionário respondido pelas mães universitárias	56

INTRODUÇÃO

A partir da minha vivência como mãe universitária no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ, resolvi pesquisar e procurar conhecer melhor as principais dificuldades vivenciadas pelas mães universitárias para darem continuidade aos seus estudos universitários e também identificar as políticas públicas e institucionais de permanência.

Quando soube que estava grávida resolvi continuar os estudos, embora soubesse que a partir do 8º mês de gestação teria que parar de frequentar as aulas. Tive apoio da família e de alguns professores. Quando nós, mães universitárias, comunicamos aos professores sobre o período do Regime Especial de Atendimento Domiciliar (READ), que se refere na UFRJ a um período especial para o caso de doenças e de licença-maternidade, quando o estudante precisa de um atendimento acadêmico com exercícios domiciliares (no caso da licença-maternidade, o afastamento é de quatro meses, podendo ser um mês antes do nascimento do bebê e mais três meses depois), alguns professores já nos aconselham a trancar a matrícula e a voltar depois; quando mencionamos o READ, eles colocam dificuldades para continuar os estudos. Mesmo com esses impasses, decidi continuar o curso de Pedagogia, pois não ia desistir do meu sonho.

A vida de uma mãe universitária com filho(s) pequeno(s) é muito agitada devido ao acúmulo de atividades no dia a dia, grande parte dedicadas ao bebê, que exige atenção, como quando está doente, e então temos que faltar à aula ou perder alguma prova. Uma situação corriqueira é a reação da vacina; outra ocasião é quando a mãe não tem ninguém para ficar com o bebê ou em dias em que a criança está enjoada e não sabemos o que fazer. Além disso, deve-se considerar ter tempo para estudar, fazer trabalhos, provas e também, ao final, escrever a monografia para concluir o curso. Persistência é o primeiro desafio que mães universitárias precisam enfrentar. “Pensei várias vezes em desistir... não tive apoio da família”. “o pai da criança não quer assumir”, “professores não são nada maleáveis”, essas são algumas das frases das mães. Assim, cheguei à conclusão na prática que conciliar estudos e ser mãe é muito complexo, porém não é impossível, e passei a pensar que “sonhos exigem sacrifícios”.

Ter que desempenhar diariamente uma tripla jornada de trabalho (trabalho doméstico, emprego e estudos) não é tarefa simples. Para as mulheres que vivenciam essa realidade, a rotina diária um permanente movimento para tentar suprir todos os segmentos

de trabalho. Para a grande parte das mulheres, a habilidade de separar e definir limites para os diferentes tempos/espacos é um grande desafio. Conciliar os referidos espacos de trabalho é uma fonte de constante estresse, ansiedade e pressáo.

Os objetivos gerais que nortearam a elaboraçaó do presente trabalho consistiram em compreender os principais desafios vivenciados pelas mães universitárias no curso de Pedagogia da UFRJ e conhecer políticas de permanência voltadas para a continuidade dos estudos de mães e gestantes. Realizei uma pesquisa de cunho qualitativo para a qual elaborei um questionário estruturado e respondido por dez mães universitárias de 18 a 34 anos, cursando diferentes períodos na Faculdade de Educaçaó.

Menga Ludke (1986) afirma que o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das antigas classes de alfabetizaçaó (CA), ou o do ensino noturno por exemplo. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular.

Utilizei para a coleta de dados um questionário estruturado e divulgado no site do Facebook de Estudantes da Pedagogia UFRJ, que enviei por e-mail para as mães universitárias que se dispusessem a respondê-lo. Foram coletados 50 questionários, mas só 20 mães responderam-no de acordo com o esperado, isto é, com respostas mais concretas. O questionário (em anexo) é formado por sete perguntas e respondido por 10 mães universitárias do curso de Pedagogia da UFRJ, selecionei dez questionários de universitárias (grávidas e com filhos até 6 anos de idade), no período de março a agosto de 2018, com a finalidade de compreender as principais dificuldades das mães dentro da nossa universidade. Quatro das dez mães têm dois filhos maiores com idade entre quatro a seis.

Utilizei para a coleta de dados um questionário estruturado e divulgado no site do Facebook de Estudantes da Pedagogia UFRJ, que enviei por email para as mães universitárias que se dispusessem a responde-lo. Foram coletados 30 questionários, mas só 10 mães responderam-no de acordo com o esperado, isto é, respondeu o questionário com respostas precisas. O questionário (em anexo) é formado por com sete perguntas e foi respondido por mães universitárias do curso de Pedagogia (grávidas e com filhos até

6 anos de idade), no período de março a agosto de 2018, com a finalidade de compreender as principais dificuldades das mães dentro da nossa universidade.

Como embasamento teórico desta pesquisa, utilizei os seguintes autores: Winnicott (2006), Glat (1993), Greer (1971), Sampaio (2008) e Beauvoir (2016).

Peres e Heiborn (2016, p.245) discorrem a respeito da formação universitária das jovens mães:

Existem duas ordens para as mudanças que vêm sendo observadas nestes processos: a primeira delas, cujo caráter é de ordem pública, envolve o aumento da escolarização (inclusive com a exigência de uma formação universitária), bem como as dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho; a segunda, de ordem privada, relaciona-se à desvinculação entre atividade sexual e união conjugal, o que aponta para uma flexibilização dos relacionamentos afetivos e, também, para a organização de novos arranjos e dinâmicas familiares.

Não podemos deixar de ver que, embora na atualidade as expectativas sociais preconizem para as jovens uma escolarização prolongada e um controle contraceptivo adequado e seguro, não é incomum que jovens, no percurso da formação superior, surpreendidas por uma gravidez imprevista, optem pela prática do aborto ou vivenciem inúmeros desafios de tentar conciliar maternidade e vida acadêmica, quando decidem pelo prosseguimento de uma gravidez não-planejada.

Portanto, espero com esta monografia poder apontar caminhos de resposta para as dúvidas das mães universitárias que desejarem ampliar seus conhecimentos sobre o tema, auxiliando-as a melhor compreender a realidade na qual estão inseridas.

Segundo dados do Censo de 2000 realizado pelo IBGE, 8,81% das mulheres cursando o ensino superior com idade entre 19 e 29 anos têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos. Significa dizer que quase 10% das mulheres universitárias brasileiras nessa faixa etária são mães de crianças pequenas e demandam políticas públicas que lhes possibilitem permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mundo do trabalho. Essa questão deve ser motivo de discussão e investimento por parte das universidades, que hoje também atravessam por mudanças, de modo a redefinir o alcance da assistência estudantil e a inovar as políticas de ações afirmativas.

Esta monografia está dividida da seguinte forma: a introdução, na qual relato um pouco de minha vivência e apresento os objetivos principais do trabalho com relação aos

desafios das mães universitárias da Pedagogia na UFRJ; o primeiro capítulo , no qual abordo os temas mães na universidade, gravidez e continuidade do estudos de graduação, maternidade e relacionamento; o segundo, em que analiso a relação entre mães e a legislação sobre a temática , a luta por creche e a educação desde o nascimento; também explico os movimentos e a assistência às mães universitárias; no terceiro e último capítulo, exponho as análises das entrevistas e a narrativa das mães, com destaque para as dificuldades vivenciadas por elas em seu dia a dia. Por fim, explico minha própria vivência, apontando sugestões de melhorias para o cumprimento dos direitos das mães universitárias e refletindo sobre como conciliar a complexidade e a riqueza da vida acadêmica com a plenitude de um momento único e especial na vida das mulheres, que é a maternidade.

Capítulo 1. Mães na Universidade

Até recentemente, o papel social da mulher limitava-se à organização das tarefas domésticas, à procriação e à educação dos filhos, permanecendo ao longo da história nessa função social. É comum ainda encontrarmos a mulher ocupando posições sociais subordinadas em relação aos homens, senão em seus trabalhos, então em suas famílias, ou bem no imaginário da cultura em geral e na linguagem (MARTIN, 2006, p.37), enquanto ao homem foi atribuído o domínio da vida pública. Historicamente, com muita luta, avanços e derrotas, as mulheres foram conquistando espaços públicos, passando a participar de forma crescente do mercado produtivo.

Com a complexidade das exigências desse mercado, tornou-se necessário que elas estudassem, com a finalidade de se qualificarem, no intuito de inserirem-se no mercado de trabalho. Dessa forma, as mulheres encontram-se hoje presentes também na disputa por vagas na Universidade; ao conquistarem-nas, deparam-se com situações específicas do gênero feminino.

Alarcão (2007, p.81) afirma que a Universidade é um local de educação por excelência. Entendendo a educação de forma ampla, para além da instrução, para ele, “a escola/ universidade seria uma comunidade social organizada para exercer a função de instruir e educar”. A universidade deveria ser um ambiente de respeito à situação da mãe estudante, indicando que ela teria apoio institucional e seus direitos garantidos.

Sabendo que no curso de Pedagogia há um contingente consideravelmente mais elevado de estudantes do gênero feminino se comparado ao masculino, começam a surgir problemáticas especificamente femininas, como a gravidez, a maternidade, e o fato de serem mães universitárias e até mesmo o fato de serem mulheres. A gravidez é uma fase natural na vida das mulheres. No entanto, podemos dizer que é ímpar, pois é um importante marco emocional no curso da vida. Apontando que “é fato sabido e comprovado que a gravidez representa para a mulher de qualquer idade, mudanças físicas, fisiológicas, familiares, econômica e sociais profundas” Correa (1991, p.120).

Pelo fato de serem mães e de já terem suas problemáticas domésticas às quais se somam muitas vezes as do espaço universitário, as mães universitárias tentam driblar as incompreensões em suas próprias casas, principalmente as oriundas dos próprios maridos. Todo estudante tem atividades para realizar tanto na universidade como em casa. Mas para uma mulher que é mãe ou mesmo que se encontra grávida, essas atividades se tornam

desafios não tão fáceis de serem superados; para tal, necessitam organizar estratégias e, inclusive, contar com o apoio de alguém.

Os desafios apontados serão melhor analisados no capítulo 3. Antecipa-se, no entanto, que as entrevistadas deste estudo como as mães são expostas a muitas dificuldades em diferentes graus: algumas sofreram constrangimentos no horário de aula por professores (as) enquanto estavam de licença-maternidade; as que não se encontravam grávidas durante o curso relataram dificuldades pelo fato de serem mães, devendo, inclusive, em algumas ocasiões, precisarem faltar às atividades acadêmicas para acompanharem problemas de saúde dos filhos. Para conseguir seguir em frente de modo a procurar superar as dificuldades do dia a dia, dependem sempre de algum familiar ou de pessoas de confiança que as ajudem a ficar com a criança.

1.1 Gravidez e estudos

A gravidez é um passo muito importante e requer um processo de transição, que pode tomar diferentes configurações na vida de cada mulher. Como afirma Zittoun (2003, p.417), “transições [tais como a experiência de tornar-se mãe] envolvem sequências de problema/ruptura, o engajamento do labor representacional conduzindo para alguma resolução/resultado, de tal forma que a ação possa continuar”. Para a autora, essas rupturas podem ocorrer tanto no mundo interior da pessoa como nos relacionamentos interpessoais, e envolvem um processo complexo de construção de novos significados, a fim de alcançar uma nova estabilidade e seguir seu percurso em desenvolvimento.

Como sugere Coulon (2008), a entrada dos estudantes na universidade envolve uma passagem, ou seja, um processo de transição para um novo status: universitário (a). Significa dizer que essa posição não é alcançada de uma só vez, pelo contrário, deve ser conquistada mediante uma série de aprendizados, assim como pelo enfrentamento de situações institucionais e pessoais que se configuram diferentes para cada estudante, embora guardem algumas semelhanças.

Essa passagem para a condição de universitário é descrita pelo autor como acontecendo em torno de três tempos: o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e, por último, o tempo da afiliação. A passagem para o status de afiliado, portanto, para além da entrada na universidade, ocorre a partir do aprendizado do ofício de estudante, o que significa dizer, aprender os inúmeros códigos e modos de funcionamento da instituição-universidade, de modo a progressivamente reconhecer-se e ser reconhecido por seus pares e professores como um membro desse contexto. Esse processo, que se diferencia, obviamente, a depender de inúmeras variáveis, como o gênero, por exemplo, pode revelar-se extremamente complexo, se associado a outros, como o de transição para a maternidade, que, no caso das jovens participantes da pesquisa, ocorreu no percurso da formação superior.

Nesse sentido, a universidade precisa ser repensada, devendo ser capaz, não apenas de oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação dos jovens de diferentes segmentos, como também de acolhê-los em suas dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono (SAMPAIO,2008). Afinal, não podemos desconsiderar que “a escola é invadida pela vida juvenil” (DAYRELL, 2007, p. 110), o que no caso da universidade, inclui os processos de

transição para a vida adulta e a maternidade/paternidade. Tais processos apontam, por exemplo, para a necessidade do provimento de políticas e serviços de planejamento familiar destinados à população juvenil, bem como para o imperativo de políticas de assistência, que possam dar garantias básicas de apoio à experiência de transição para a maternidade nesse contexto, seja no período da gravidez ou depois, com a retomada dos estudos.

1.2 Maternidade e relacionamentos

A maternidade é um período único na vida de qualquer mulher. Independentemente do fato de ser uma gravidez indesejada ou de que o maior sonho da gestante seja ter um filho, é certo que a gestação produz grandes transformações biológicas e psíquicas na vida da mãe.

A partir da visão de Winnicott (2006), é possível perceber que a relação primitiva mãe-bebê é um tema central para se entender o desenvolvimento emocional do ser humano, apenas gradualmente é que a questão do bebê como ser independente torna-se importante.

Winnicott (2006) aponta que, no início do desenvolvimento, o ambiente que cerca a criança, representado principalmente pela mãe, pode-se configurar de maneira a suprir as necessidades da criança, quando é denominado bom, propiciando ao bebê alcançar as satisfações de suas necessidades físicas e emocionais. Há situações, no entanto, em que este ambiente falha, o que é sentido como uma intrusão no processo de continuidade de ser da criança, distorcendo o desenvolvimento do bebê. Nesse sentido, reconhece-se a importância de se estudar as funções da mãe em relação ao bebê nessa fase primitiva.

Segundo a autora Glat (1993, p.18), a maternidade é a glória, a grande realização e a grande alegria da mulher. Para ela, filhos são bênçãos, e felizes das mulheres que podem realizar esse sonho.

A autora Badinter (1985, p.22) relata sobre o amor materno que ele é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam.

O relato a seguir de uma mãe entrevistada no livro *Ser Mãe, e a vida continua*, de Rosana Glat, ilustra bem esse sentimento:

Vocês, têm mais é que escrever sobre essas coisas porque, até falar contigo, pensava eu é que vivia grilada. Dá um certo conforto saber que outras mulheres também passam pela mesma coisa. A gente fica pensando que é um problema pessoal nosso. (GLAT, 1993, p.22).

De acordo com Greer (1971, p.62), quando um bebê nasce tem poderes notáveis: pode ficar ereto, mover a cabeça em torno de si, e suas mãos podem agarrar com muita força. Em poucas horas, esses poderes somem e a criança tem de reaprender as

habilidades que originalmente tinha. Hoje em dia não enfaixamos as crianças de modo a transformá-las em rígidos canudos de que a mãe pode dispor como quer, mas ainda tratamos o bebê, segundo a autora, como o cruzamento de uma boneca com um inválido:

Seus esforços iniciais para mover-se são rapidamente controlados pela enfermeira, que aplica a garra de aço na nuca e nas nádegas, mantendo-o imóvel; ele pode não ser enfaixado, mas é colocado na cama e coberto de modo bem apertado. De certa forma sabe-se que este processo não é incrivelmente bom para ele, pois bebês prematuros e fracos não são sujeitos a isso. É de fato a maneira mais barata e fácil de garanti-los contra a perda de calor. Podíamos nos perguntar proveitosamente como os aquecedores de infravermelho e as incubadeiras influenciaram a formação da psique de uma criança, ou então como a criança reage ao enfaixamento final que ocorrerá logo que ela esteja bastante forte (GREER, 1971, p.63).

O autor Bee (1997, p. 424) desenvolveu a teoria que o bebê recém-nascido não tem consciência e nem estabelece qualquer distinção entre ele e tudo o que vê ou o rodeia (pouco veem os bebês). Ele torna-se consciente de seu ego pela primeira vez quando algum desejo seu não é satisfeito, e por meio de frustração e confusão descobre ao longo dos meses a diferença entre ele próprio e sua mãe. Dessa forma, o primeiro ato do ego é rejeitar a realidade, adotar uma atitude inamistosa e ansiosa para com ela. Esse senso de separação e limitação do eu é cuidadosamente encorajado em nossa cultura, para tornar-se a base de nossa moralidade egoísta, que age, não a partir da compreensão e do sentimento das repercussões da ação sobre a comunidade, devido à continuidade entre o eu e o resto, mas por meio de leis e restrições auto-impostas de uma maneira narcisista. Tem de ser montado o monitor interno da criança, sua consciência, melhor chamado sua ansiedade e culpa. Esse processo muito cedo pode falhar ou tomar uma direção errada. Autismo e outras formas de perturbação aparecem nas crianças muito precocemente, e constituem a base para a rejeição e o afastamento das crianças.

O mesmo autor afirma ainda que em nossa sociedade o papel da mãe é visto como fundamental para a sobrevivência e também para o desenvolvimento físico e mental do bebê. O ser humano nasce totalmente dependente do outro para sobreviver: "pelo fato de os seres humanos serem notavelmente vulneráveis e de crescimento lento, eles exigem um período longo de apoio físico e emocional" (BEE, 1997, p. 426).

Correia (1998) relata que a mulher da atualidade parece querer abraçar o mundo, estando cheia de obrigações e muitas vezes cobrando de si mesma a perfeição. Quer que tudo esteja na mais perfeita ordem e que seus filhos sejam bem cuidados enquanto ela trabalha. Passa o dia todo no trabalho, mas com os pensamentos em uma série de

atribuições domésticas. "O século XIX é, conseqüentemente, um importante marco na origem de uma 'nova mulher': educadora, mãe, criadora da sociedade futura. Passou a esperar-se uma quase onipotência por parte da mulher".

De acordo com Greer (1971, p.99), o poder da mulher significa a autodeterminação das mulheres, e isso quer dizer que toda a bagagem da sociedade paternalista terá de ser jogada fora. A mulher deve ter oportunidade e campo para idear uma moralidade que não a desqualifique para o aprimoramento e uma psicologia que não a condene ao status de uma aleijada espiritual. As penalidades por tal delinquência podem ser terríveis, mas ela tem de explorar a escuridão sem nenhum guia. Pode parecer de início que ela meramente troca um modo de sofrer por outro, uma neurose por outra. Mas ela pode, por fim, reivindicar, ter feito uma escolha definida, que é o primeiro pré-requisito de ação moral. Pode ser que ela mesma nunca veja o alvo básico, pois a estrutura da sociedade não é desenredada em um único tempo de vida, porém ela deve estabelecer isto como sua crença e nisso encontrar esperança.

Melo, Considera e Di Sabbato (2007) nos informam que as mulheres mantêm-se com os pensamentos ora no trabalho ora em seus lares, com um grande esforço de tentar fazer com que ambos os trabalhos (os do lar e os de fora dele) sejam bem desempenhados. Não podemos esquecer que muitas famílias atuais são constituídas apenas pela mãe e por seus filhos, sem a presença de uma figura paterna. Nesses casos, o peso da responsabilidade pode ser ainda maior, pois as decisões em relação aos filhos cabem exclusivamente à mulher.

Analisando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é possível constatar que o contingente de lares em que as mulheres tomam as principais decisões saltou de 14,1 milhões em 2001, para 28,9 milhões em 2015, o que representa um avanço de 105 %. O conceito de chefia adotado pelo instituto oficial diz a respeito à "pessoa de referência" ao integrante da família considerado responsável por aquela casa (IBGE, 2015).

O levantamento reflete mais a divisão entre homens e mulheres porque, apesar de o IBGE estimar o número de casais do mesmo sexo, o contingente de aproximadamente 60 mil pessoas não influencia o resultado. A chefia compartilhada, em que o casal divide igualmente as responsabilidades, também não foi calculada, porque toda pesquisa domiciliar, necessariamente, aponta uma pessoa de referência na família pesquisada mesmo que as tarefas sejam divididas igualmente.

De acordo com a teoria sócio-histórica de Vygotsky (OLIVEIRA, 1997), o desenvolvimento do indivíduo ocorre de fora para dentro, ou seja, a criança no meio em que vive percebe os acontecimentos e as relações com outras pessoas com quem interage, internalizando essas informações externas, e interpretando-as de acordo com os significados culturalmente estabelecidos. Nesse sentido, podemos dizer que uma família que forneça os cuidados adequados a essa criança é primordial para seu desenvolvimento saudável, considerando a saúde um conceito multifatorial, apoiado em uma perspectiva biopsicossocial.

O ensino superior no ocidente se consolidou visando a atingir três objetivos articulados entre si, que seriam a formação de profissionais, a formação do cientista e a formação do cidadão, afirmando assim sua destinação última, que é "contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade" (SEVERINO, 2007, p. 22-23), concluindo que "a Universidade, em seu sentido mais profundo, deve ser entendida como uma entidade que é funcionária do conhecimento, destina-se a prestar serviço à sociedade no contexto em que ela se encontra situada". Contudo, conforme afirma o autor, a implantação de escolas superiores no país, despreparadas e destinadas apenas a profissionalizar mediante o repasse de informações prontas, não profissionaliza, não forma, nem transmite adequadamente os conhecimentos disponíveis. Dessa forma, não está sendo cumprida nenhuma de suas atribuições intrínsecas, elas apenas reproduzem relações sociais atuais através de técnicas de produção e de valores ideologizados. O autor ainda aponta como grande causa da ineficácia do ensino universitário a forma inadequada de se lidar com o conhecimento, que é tratado como se fosse um produto e não como um processo.

Os relatos, que abordam diferentes aspectos do dia a dia das mães universitárias, mostram que as mães entrevistadas, em alguns casos, paralisaram o curso com a intenção de voltarem depois, apoiando-se principalmente na (possível) ajuda que teriam de um familiar para os cuidados com o filho enquanto elas estudassem (LIMA, 2007).

Nesse sentido, Lima coincide com Costa (2008), quando afirma que as mães universitárias sofrem por sua maternidade durante a graduação. Elas muitas vezes acabam atrasando ou até mesmo paralisando o curso para poderem cuidar de seus filhos, principalmente pelo fato de não terem onde e nem com quem deixá-los.

Na década de 1970 surgiram muitos movimentos sociais que, em alguns lugares, apelaram para a creche como um direito das mulheres trabalhadoras, em virtude de elas

terem aumentado consideravelmente sua participação no mercado de trabalho após mudanças ocorridas com a expansão industrial, com o crescimento das cidades e com as modificações na organização e na estrutura das famílias. A autora ressaltou a ocorrência de centros de cuidados de crianças nos campi universitários norteamericanos como alternativa para os acadêmicos que têm filhos, afirmando que encontrou dificuldades para encontrar informações sobre creches universitárias no Brasil (RAUPP, 2004).

De acordo com a perspectiva de Raupp (2004), com base em um estudo feito em 1970, é muito difícil haver em número suficiente creches universitárias. Tal afirmação continua vigente. Hoje em dia só podemos contar com creches particulares ou públicas ou, ainda, talvez, com a ajuda de alguns familiares para darem um suporte a nós, mães universitárias. Não pude perceber um crescimento dessa modalidade de creches nas fontes pesquisadas no que se refere a anos recentes. Espero que a reivindicação por creches universitárias avance o mais rapidamente possível para que as mães não desistam do sonho, de se formar e ter estabilidade econômica para dar um bom futuro aos filhos.

No próximo capítulo apresentarei uma análise sobre a relação entre Mães e a legislação, informando sobre os direitos das mães e algumas leis recentes que já estão em vigor; retrato também a luta por creches e a educação desde o nascimento. Por fim, menciono os movimentos de mães universitárias em algumas universidades brasileiras.

Capítulo 2. Mães e a legislação

As leis que regem os direitos das mães universitárias são poucas e praticamente desconhecidas pelas interessadas, sendo pouco divulgadas e nem sempre cumpridas pelas instituições de ensino.

A licença-maternidade para as alunas universitárias, no caso da FE/ UFRJ, não é bem uma licença, mas um afastamento temporário da sala de aula, pois os professores solicitam trabalhos (exercícios domiciliares) por e-mail para suprir as aulas perdidas.

A lei nº 6.202, aprovada em 1975, ainda durante o período de Ditadura Militar, estabelece que as estudantes grávidas podem estudar pelo regime de exercícios domiciliares, desde que haja a necessidade comprovada por um atestado médico:

Art. 1º. A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969.
Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola/ universidade.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Segundo essa lei, portanto, o período de afastamento pode ser estendido por mais meses desde que seja necessário, como, por exemplo, em uma gravidez de risco. O direito às provas finais, independentemente do estágio da gestação, também é uma garantia prevista.

Motivada pela curiosidade por saber se a lei nº 6.202 era de fato cumprida, fiz uma breve pesquisa na internet a partir da temática “licença-maternidade faculdade por intermedio do site Google. O site reclame aqui” (o site www.reclameaqui.com.br é um portal em que os clientes que se sentem prejudicados fazem reclamações contra empresas sobre atendimento, compra, venda, produtos e serviços). É possível encontrar ali diversas queixas sobre o não cumprimento da lei em instituições de ensino brasileiras. Em sua maioria, as reclamações são sobre cobranças indevidas, faltas injustas, o não acatamento do atestado que dá direito à licença, falta de informação nas secretarias das instituições e informações erradas.

Encontrei, por exemplo, o caso de uma aluna que estuda na Unopar (Universidade Norte do Pará), na cidade de Anapu – (PA). No dia 26/09/2017 a secretaria cobrou indevidamente os boletos sobre as provas a que ela deixou de ir, pois ainda não tinha recebido o papel de licença-maternidade, que é enviado por e-mail. Desse modo, a instituição fez cobranças indevidas, motivo pelo qual a aluna teve que pagar mensalidades a mais e acabou sendo reprovada porque não foi fazer as provas. O caso ainda não tinha sido solucionado, como era possível constatar no site, e a aluna aguardava uma posição da universidade.

O que nós, alunas e mães, podemos fazer quando essa lei é violada. Segundo o Ministério da Educação (MEC), é muito rara a ocorrência de denúncia relativa a tratamento discriminatório à estudante gestante. Entretanto, quando isso ocorre, o Ministério recomenda enviar um comunicado questionando o que aconteceu. Caso a instituição ignore o comunicado ou não demonstre haver adotado uma conduta de atendimento às condições especiais da aluna, não seria possível ao MEC ministrar alguma sanção administrativa, pois as normas em vigor não lhe conferem competência para agir nessa situação específica. Ou seja, o MEC também não pode fazer nada efetivo caso a lei seja violada. Entretanto, nos casos não resolvidos, o MEC indica procurar o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) ou o Ministério Público.

Vale ressaltar a lei de amamentação (art.396 da CLT), uma lei trabalhista que foi criada para assegurar os benefícios de quem amamenta (mãe) e principalmente de quem é amamentado (bebê). Toda mãe deve ter assegurados dois períodos de 30 minutos cada para amamentar o seu bebê até que ele complete seis meses de vida.

Uma lei não muito comentada é a Lei da Paternidade Estudantil. Infelizmente, ainda não há nada específico que dê o direito de afastamento ao pai estudante após o nascimento da criança. Atualmente, essa lei existe apenas no âmbito trabalhista (art. 473 da CLT), em que o homem tem direito a, no mínimo, cinco dias úteis de afastamento. Ou seja, a própria lei ainda induz a pensar que é papel exclusivo da mãe criar e cuidar dos filhos.

Consequentemente, é de se esperar que toda a responsabilidade sobre a criança se concentre na mãe, e com ela, provavelmente, outras obrigações, como, por exemplo, ter o compromisso de cuidar de todas as tarefas do lar, somado ao fato de trabalhar fora.

Entre as leis pesquisadas, três se destacaram pela relação direta com o tema objeto de estudo: o decreto-lei nº 1.044, de 1969, posteriormente atualizado pelo Art. 1º

da lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, segundo o qual a partir do oitavo mês de gestação e até seis meses após o nascimento da criança, a estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, em estado de gravidez, puerpério ou lactação em livre demanda, fica assistida pelo regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Também nos informa sobre os mesmos parâmetros é a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegurando direitos educacionais às gestantes.

O Decreto-lei nº 1.044 garante o direito à mãe estudante de qualquer escola/universidade de ficar três meses em casa com amamentação exclusiva em livre demanda. Ao meu ver, esse período é muito curto para um recém-nascido, já que o bebê precisa de uma atenção especial, dado que os primeiros contatos da mãe com o bebê são primordiais.

Vale mencionar o projeto de lei nº 2350 de 2015, de autoria do deputado Jean Wyllys, aprovado em 07/03/2018 na Câmara Federal e remetido ao Senado em 12/03/2018, que reforça a lei nº 6.202/1975 para que todos os direitos das mães estudantes sejam cumpridos. Essa lei garante direitos básicos para as estudantes, como:

Que, do oitavo mês de gestação até o sexto mês de vida do bebê, a estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, em estado de gravidez, puerpério ou lactação em livre demanda (amamentação), tenha direito ao "regime domiciliar de ensino", podendo realizar provas e receber instruções em casa, com direito a tutoria, acompanhamento pedagógico e utilização de vídeo-aula (quando for possível);

Em casos especiais e devidamente comprovados por um laudo médico, antes e depois do parto, o período autorizado de repouso pode ser aumentado, caso ela precise, sendo a estudante incluída no regime de exercícios domiciliares, neste período especial, fique garantido o recebimento de eventuais bolsas acadêmicas.

Essa proposta é muito importante, sobretudo, para garantir que mães que engravidem ou tenham filhos não sejam obrigadas a se afastar dos estudos ou receber faltas por consequência da gravidez, mas que tenham acesso a seus direitos sem prejuízo. Ela também afastaria a hipótese de interromper o período de amamentação para o retorno imediato à rotina de aulas.

Outra lei recentemente aprovada estabelece que as estudantes bolsistas de pesquisa também têm direito a 120 dias de afastamento por maternidade ou adoção. A lei nº 13.536/2017, vigente em nível nacional e sancionada pelo ex-Presidente Michel Temer, determina:

Art. 1º garante a prorrogação, por 120 dias, da vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

Art. 2º As bolsas de estudo com duração mínima de doze meses, concedidas pelas agências de fomento para a formação de recursos humanos, poderão ter seus prazos regulamentares prorrogados por até cento e vinte dias, se for comprovado o afastamento temporário do bolsista em virtude da ocorrência de parto, bem como de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o período de vigência da respectiva bolsa

As bolsas de estudo costumam ser recorrentes durante a pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), mas também podem ser ofertadas durante a graduação, em programas de Iniciação Científica. Além disso, a norma se refere a situações de “parto, bem como adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o período de vigência da respectiva bolsa”; no entanto, nada impede que a bolsista gestante exija prorrogação mesmo durante a gravidez, caso haja comprovação de que sua gestação é de risco, por exemplo.

Na ausência de previsão em normas internas das agências de fomento à pesquisa que protejam as bolsistas gestantes e mães recentes, também é possível considerar a ampliação da prorrogação da bolsa, uma vez que o propósito da norma consiste, também, em proteger o menor.

Após aprofundar a pesquisa sobre a temática deste capítulo em sites disponíveis constatei, no site www.jusbrasil.com.br uma listagem de leis de grande interesse para as mães. Reproduzo algumas a seguir:

Direito à não discriminação: não é permitido em nenhum regulamento de empresa, convenção coletiva ou contrato individual de trabalho, qualquer restrição ao direito da mulher ao emprego por motivo de casamento ou gravidez, inclusive não é fundamento para uma demissão nem para a negativa de admissão.

Direito a estabilidade provisória: a gestante tem estabilidade provisória, iniciando-se com a confirmação da gravidez e estendendo-se até cinco meses após o parto. A justiça trabalhista vem decidindo também no sentido de que mesmo que seja no contrato de experiência ou por prazo determinado a gestante tenha estabilidade provisória.

Direito a preferência de atendimento: gestantes e mulheres com bebês devem ter preferência de atendimento, bem como a destinação de assentos preferenciais em todos os tipos de transporte público.

Direito a compartilhamento de despesas: os custos decorrentes da gravidez, da concepção ao parto, devem ser compartilhados com o pai da criança, na proporção dos recursos de cada um, inclusive a criação do filho até sua independência.

Direito a atendimento médico: a empregada tem o direito de ser dispensada do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas e demais exames complementares, durante o período da gravidez.

Direito a acompanhante: durante o trabalho de parto, assim como imediatamente no pós-parto, é direito da gestante a presença de um acompanhante.

Direito a repouso: se a mulher sofrer um aborto não criminoso, comprovado por atestado médico, ela terá direito a um repouso remunerado por 2 semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Direito a amamentação e lugar público: a mulher tem o direito de amamentar seu bebê em qualquer local, público ou privado, na presença ou não de outras pessoas, independentemente da idade ou sexo, e mesmo que o estabelecimento tenha uma área "reservada" para a amamentação.

A mãe não pode ser constrangida ou impedida de amamentar. Alguns estados já garantem expressamente esse direito à mulher, essa lei garante a aplicação de uma multa ao indivíduo que constrangê-la em razão da amamentação; em São Paulo por exemplo, a multa é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Ao pesquisar comparativamente os indicadores relativos à licença-maternidade nos diferentes países, no site *www.bbc.com*, constatei que só 34 países cumprem a lei incluído o Brasil. Os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que é nos países europeus que as licenças-maternidade (e também a paternidade) têm maior duração.

Nos países com economia estável e renda per capita mais elevada, os índices surpreendem: no Reino Unido, são 315 dias, junto com a Noruega; na Suécia, 240; já nos países do leste europeu como a Croácia são 410 os dias de licença, país este com maior tempo de licença-maternidade no mundo todo. Em Montenegro, Bósnia e Albânia o tempo de licença para as mães é de um ano. Além disso, um ponto importante nessa discussão é o salário que essas mulheres recebem no período afastado. Os pagamentos variam: por exemplo, no Reino Unido, as mulheres recebem 90% de salário nas primeiras seis semanas de licença e, da sétima semana até a 40ª, cobra-se pouco menos que 90% a partir da 40ª semana.

A Croácia oferece às mães recentes 100% de salário por seis meses e, na Noruega, paga-se 100% de salário se a mulher ficar afastada por 35 semanas ou 80% se ela preferir ficar de licença por 45 semanas. Já a Suécia oferece 80% de salário durante todo o período de afastamento.

Os países da África e da Ásia, com pouco desenvolvimento econômico, oferecem períodos, bem mais curtos de licença-maternidade. Vale a pena destacar a Malásia e o Sudão, que 'lideram' a lista das “piores licenças” do mundo, dando apenas oito semanas de afastamento para as mulheres ao terem filhos. Mas não são apenas países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento que oferecem períodos muito curtos de licença-maternidade. A maior potência econômica do mundo também está nesse grupo, sendo superada nesse quesito até por alguns países com altíssimo nível de pobreza: os Estados Unidos oferecem somente 12 semanas de licença-maternidade, sem nenhuma remuneração.

Na América Latina, a política dos países é desigual, mas ainda nenhum deles se aproxima das melhores licenças mundiais. As maiores, segundo os dados da OIT, são Chile, junto com Cuba. Enquanto o Chile oferece um período de licença- maternidade de 156 dias, chegando a pagar 100% do salário durante esse tempo, Cuba oferece também 156 dias e garante licença com 100% de salário. No Brasil são 120 os dias de licença-maternidade com pagamento de 100% de salário.

Cabe ressaltar que os empregadores que fazem parte do Programa Empresa Cidadã que conforme mencionado abaixo, oferecem 180 dias de licença. Costa Rica há 120 dias de licença com 100% de remuneração, e, na Colômbia, a licença é de 98 dias, com salário completo por esse período.

Atrás deles, estão Argentina e Peru, com 90 dias de licença para as mães. Paraguai, Equador, México, Uruguai, El Salvador, Honduras e Nicarágua vêm logo depois, com 84 dias de licença. E o país da América Latina com menos dias concedidos é Porto Rico, que oferece apenas 56 dias de licença para as mães.

O Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 (art. 3º), foi criado para prorrogar a licença-maternidade e a licença-paternidade (lei nº. 13.257/2016), mediante a concessão de incentivo fiscal (desconto no Imposto de Renda) às empresas inscritas no programa. A partir do momento em que uma empresa faz parte do Programa Empresa Cidadã, ela recebe incentivos fiscais do governo, devendo conceder aos empregados os direitos decorrentes dessa filiação. Segundo o programa Empresa Cidadã, a licença – maternidade obrigatória à mãe passa dos 120 para 180 dias, enquanto a licença paternidade passa de 5 dias para 20 dias.

Considero o projeto Empresa Cidadã, muito importante para as mães e pais. Entretanto, são ainda quantitativamente pouco relevantes as empresas que dele participam. Ouso afirmar, inclusive, que é grande o desconhecimento destas com

relação aos benefícios sociais e financeiros para as que aderirem ao Programa Empresa Cidadã.

2.1. A luta por creche e a educação desde o nascimento

A luta por creche é antiga; podemos afirmar que teve início no século XVIII, desde que a mulher ingressou no mercado de trabalho. Teles (2015, p. 21 e 22) nos informa que no século XIX e no romper das primeiras décadas do século XX as mulheres já tinham dado seu grito reivindicatório e libertário, tanto por meio dos movimentos sufragistas como nas fábricas e sindicatos nos quais operárias tecelãs, costureiras e de algumas outras categorias protestavam contra as longas jornadas de trabalho, contra os baixos salários e pelo direito à licença maternidade. As diversas necessidades das mulheres foram assim colocadas no espaço público. As primeiras manifestações feministas reivindicavam o direito de voto das mulheres. Eram também abolicionistas, contrárias à escravidão negra. Ao lado dessa luta, as mães trabalhadoras de fábricas enfatizavam as bandeiras de caráter trabalhista. A creche foi uma delas. Sob o avanço do capitalismo, as mulheres se inseriam no mercado de trabalho assalariado e denunciavam as condições precárias de exploração da mão de obra feminina em empresas, quando eram obrigadas a exercer a dupla jornada de trabalho (em casa e fora).

A creche, em um primeiro momento, foi considerada como um direito trabalhista de trabalhadoras mães de crianças bem pequenas. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, determinava “como obrigação das empresas que empregam mais de 30 mulheres acima de 16 anos manter um local apropriado para guardar os filhos de suas empregadas, no período da amamentação. “A ideia, então, era apenas guardar as crianças. Estas eram tidas como objetos que pudessem ser guardados enquanto as mulheres trabalhavam. Mesmo com a lei, no entanto, pouquíssimas creches foram criadas nas empresas. A título de exemplo, a pesquisa sobre as creches em empresas feita pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 1984, revelou que das mais de 60 mil empresas existentes no Estado de São Paulo, apenas 38 tinham um berçário ou uma creche.

A creche é uma luta, por parte das mulheres que querem trabalhar, estudar e ter uma vida social. Foi um tema muito comentado nos anos de 1970. As lutas foram bastante severas; devido a essas lutas temos muitas vitórias que hoje em dia nos beneficiam, pois foram lutas de muitas mulheres no passado. Algumas lutas permanecem até hoje, como é o caso da reivindicação de um ambiente dentro das universidades para as mães Universitárias. Outra luta ainda não plenamente conquistada pelas mães universitárias é

o direito a licença-maternidade igualitária, não sendo diferente das demais existentes, como por exemplo a licença-maternidade no trabalho, no qual nos desligamos, sem nos preocupar com exercícios domiciliares ou algo específico.

Relatos da luta por creche foi tema constante do *Jornal Brasil Mulher*, no ano de 1975, aparecendo tanto nos artigos e editoriais da conjuntura geral ou tratado de forma específica em matérias dedicadas ao assunto. No livro *Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo no Brasil (1975-1980)*, Telles e Leite (2013) fizeram um levantamento dos temas tratados pelo referido jornal, tendo chegado à conclusão de que a creche aparecia como tema em 12,3 %. Cabe ressaltar, como exemplo, que a edição nº 5, de 1976, tem na capa a imagem de uma mulher carregando uma criança pequena e o título “Creche reivindicação de todas nós”, chamando a atenção para a necessidade de guarda das crianças para que a mulher pudesse trabalhar. Percebemos, assim, que o enfoque era a necessidade de creche para que a mulher pudesse trabalhar fora de casa e ter um lugar seguro para deixar os filhos.

De acordo com Teles (2015, p.83), o direito à creche, que em determinado momento era uma reivindicação das mães trabalhadoras em sua luta por igualdade de condições de trabalho entre homens e mulheres, passou a abarcar e até a fundamentar-se no direito à educação das crianças pequenas em espaços públicos e coletivos.

Com relação direito à creche, Faria (2006, p. 284), afirma que:

Num primeiro momento, nos anos 70, a luta é por uma creche para nós, as mulheres: “tenho direito de trabalhar, estudar, namorar e ser mãe. Sem creche não poderei curtir todos eles”. O prazer do convívio das crianças nas primeiras creches (ditas) selvagens, italianas e francesas, por exemplo, levou pesquisadoras feministas a observarem como são as crianças quando estão fora da família, o que levará, nos anos 80, o próprio movimento feminista a levantar a bandeira também de creches para as crianças pequenas e não só para suas mães trabalhadoras.

Ainda segundo Teles (2015, p.84), o *Jornal Mulherio*, no período de 1981 a 1988, abordava temas que diziam respeito à mulher brasileira e que eram sistematizados pelas pesquisadoras da Instituição, envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil. Sua sustentação advinha de financiamento feito pela Fundação Ford.

A Fundação Ford foi fundada em 1934 em Detroit. Inicialmente, ela se dedicava a colaborar em nível local; em seguida, ele cresceu e diversificou suas doações. Em 1950-1960, sob a liderança do presidente Henry Ford a Fundação Ford ajudou universidades americanas e a divulgação da arte. Ele subsidiou orquestras americanas com 80 milhões

de dólares; distribuindo grandes somas para balés, teatros entre outros. Na década de 1960, a Fundação Ford era a que tinha mais fundos nos Estados Unidos.

Teles (2015, p.84) nos informa que a edição de nº 4 do Jornal Mulherio foi dedicada ao assunto creche. Na capa há uma charge do talentoso e emblemático cartunista Henfil (figura 1 a seguir), na qual é possível observar uma mãe, com trouxa de roupa na cabeça, acompanhada por uma pequena criança negra, que olha para o morro com o Cristo Redentor ao fundo e pergunta: “O senhor cuida dele pra mim enquanto eu vou trabalhar?” (MULHERIO nº 4, 1981 - capa). Nesse número alguns artigos tratam também as condições das crianças no campo e da inexistência de creches que atendam à zona rural. Há também a entrevista com uma sindicalista da indústria têxtil, Neusa Nogueira, que defende que as creches não sejam lugares apenas de vigilância das crianças, mas, sim, lugares em que sejam cuidadas e que tenham o seu desenvolvimento intelectual incentivado. Ela propõe que todas as creches tenham diretores eleitos pela comunidade, como acontecia nas creches da prefeitura de São Paulo em 1981.

Figura 1- Charge do Cartunista Henfil no Jornal Mulherio



Fonte: Capa do Jornal Mulherio nº4, nov./dez. de1981.

Ainda com relação à capa do *Jornal Mulherio* durante o período histórico conhecido como transição democrática, Faria e Teles, respectivamente, afirmam que a Educação Infantil apoiava-se bastante na psicologia do desenvolvimento. Os autores apontavam problemas de defasagem cultural entre as crianças pobres e as de classe média (carência cultural), o que caracterizava que o período pré-escolar seria uma alternativa que compensaria essa defasagem. Publicaram-se então estudos internacionais que indicavam que a guarda das crianças pequenas era também responsabilidade da sociedade. A creche seria, portanto, um espaço disponível para todas as famílias e não apenas para as mães que trabalham fora de casa, por seu caráter educativo.

Teles (2015, p.89) ressalta ainda que a Constituição de 1988 assegurou, o direito à educação desde o nascimento. Essa conquista foi fruto de uma série de fatores históricos e políticos, entre os quais destaca-se a luta dos movimentos sociais que saíram vitoriosos, pois, como afirma Carlos Roberto Jamil Cury (2002), declarar um direito é muito significativo, equivale a colocá-lo dentro de uma hierarquia que o reconhece solenemente como um ponto prioritário das políticas sociais. A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reserva apenas às camadas privilegiadas o acesso a esse bem social. Por isso, afirma o autor (p.13), declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram, que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado. Atualmente, entende-se que o conceito de infância, tal qual o conceito de gênero, é uma categoria social construída historicamente a partir de uma configuração corporal, que “não reflete a realidade biológica primeira, mas constrói o sentido desta realidade, é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos” (SCOTT, 1988).

2.2. Movimentos e assistências às mães universitárias

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, no dia 6 de março de 2015, a estudante Waleska Lopes, da graduação em Ciências Sociais da UFRN foi humilhada pelo seu professor de introdução à Sociologia por estar em sala com sua filha de 5 anos.

Segundo o professor que, por coincidência pesquisa gênero, a aluna devia se retirar da aula e só estaria autorizada a voltar a assistir às aulas quando arranjasse alguém para cuidar da menina, conforme o relato a seguir:

O caso gerou algumas reportagens, que foram muito compartilhadas na rede. Os áudios foram gravados pelos colegas e divulgados nas redes sociais. Se a notícia da expulsão de sala de aula já despertava o sentimento de revolta, os áudios, então, eram completamente inaceitáveis. Entre muitas atrocidades, o professor falava que se a estudante não tinha uma rede de solidariedade, não devia estar estudando na universidade, conta Fernanda Moura, professora de História, bacharel e Licenciada em História pela UERJ, especialista em Gênero e Sexualidade e mestra em Ensino de História e uma das criadoras da página Mãe na Universidade. (<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/professor-proibe-aluna-de-assistir-aula-acompanhada-da-filha-de-5-anos-na-ufrn.ghtml>)

O sentimento de revolta gerado entre homens e mulheres foi enorme, principalmente entre as mães. Todas as mães universitárias entendiam as dificuldades vividas pela Waleska, espontaneamente começaram a escrever seus relatos e a divulgar em suas próprias páginas ou em grupos no facebook. Vendo aquela chuva de histórias de sofrimento, superação e, acima de tudo, solidariedade à Waleska, Fernanda Assis teve ideia de criar uma página para reunir todos esses relatos e chamou Vanessa Cardoso, que geria o grupo “Mamães na pós-graduação”, para participar. Fernanda destaca que:

A ideia era criar um movimento em defesa da Waleska para que todas as mães que passam pela mesma dificuldade que ela passou de precisar/querer estudar e não tem com quem deixar seus filhos, também conscientizar a sociedade e os professores das dificuldades de ser mãe estudante, estimular outras mães que desejam voltar a estudar e, quem sabe, organizar um movimento para que se cumpra a lei e que as mães tenham seu direito a estudar garantido na prática. Até agora, a página recebeu mais de 200 histórias.

Nos primeiros dois dias de existência da página foram agendadas postagens para duas semanas, sendo uma postagem a cada duas horas 9h às 21h diariamente. “Entretanto,

algo que desde o início nos chamou muito a atenção é que quase não recebemos relatos de mães negras. Foram pouquíssimos até agora. Acreditamos que essa seja só mais uma face dos processos de exclusão pelos quais as mães negras, mais que as brancas, passam. A exclusão da academia”, observou Fernanda.

A lei 9.394 da LDB, Art. I diz que a oferta de ensino noturno regular deve ser adequado às condições do educando. “A condição de Waleska é a de mãe. Para que o ensino a ela seja adequado ela precisa que haja creche na universidade. O que, aliás, é uma luta de longa data das feministas e de qualquer pessoa que deseje que alcancemos a igualdade de gênero na nossa sociedade. Então, sim. É problema da Universidade. É problema também do governo, e é problema da sociedade como um todo” destaca Fernanda Assis.

Qualquer país deve garantir os direitos da mãe e da criança, principalmente, um país em que a maternidade é compulsória como o Brasil, onde o congresso tenta acabar com o direito ao aborto até nos casos de risco para a saúde da mãe e em casos de estupro. Se o Estado faz com que a maternidade seja compulsória, ele precisa fornecer meios para as mulheres que se tornam mães darem continuidade a suas vidas. Uma mãe não deveria precisar de uma rede de solidariedade para cuidar de uma criança. Isso é tratar como privada uma questão que é pública. Essa é a função do Estado. Não podemos naturalizar a situação precária em que vivemos pelo fato do Estado não cumprir com suas obrigações básicas como garantir o acesso à saúde, à educação, ao transporte, a moradia etc.

Atualmente, o grupo “Mamães na pós-graduação” possui mais de 500 integrantes que cursam mestrado, doutorado ou pós-doutorado. As mães são de todas as regiões do Brasil, de instituições públicas e particulares, bolsistas CAPES, CNPq e não bolsistas. Além disso, Vanessa se surpreendeu com as milhões de solicitações de mulheres que estão na pós-graduação, mas que tinham receio de terem filhos e queriam participar para saber como se dava a prática da maternidade ao lado da pesquisa científica. Ela acrescenta que, hoje, o “Mamães na pós-graduação” também tem a participação das fundadoras de outros grupos como o “Parent in Science”, o “Movimento Mulheres Acadêmicas – Gênero e Ciência” e o “Coletivo Mãestudante/UFSC”, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Além desse apoio, algumas universidades ajudam as mães com uma bolsa auxílio-creche, no valor de R\$ 400,00 reais. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) já existe essa assistência; situação semelhante ocorre em outras, como UFPA,

UFG, UFSP e UFSC. Entretanto, são poucas as universidades que têm essa rede de apoio com as mães.

Existe também o projeto Mães no ENEM, para as mães que não têm condições de pagar um cursinho pré-vestibular. O grupo Mães na Universidade conta com voluntárias e envolve todo tipo de ajuda: carona solidária, formatação de um trabalho para a faculdade ou simplesmente cuidar das crianças durante uma aula. Durante todo o ano, o grupo também disponibiliza apoio psicológico gratuito. São cerca de 10 a 15 mulheres atendidas todo mês.

Ajudando as mães universitárias, vários alunos do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), criaram um projeto chamado Rede Mãos Dadas de Apoio às Mães Universitárias (REMAD) foto abaixo, no qual estudantes voluntários se oferecem para cuidar dos filhos de universitárias enquanto elas estão estudando. Eles dispõem de um espaço com uma banheira, cercadinho e trocadores; além disso, recebem brinquedos doados por alunos da UFAL.

Fotografia 1 - Projeto Rede Mãos Dadas de Apoio às Mães Universitárias



Fotografia 2 - Alunos voluntários nos corredores da faculdade UFPA com as crianças



Esses movimentos são ótimos e necessários para as mães universitárias, neles podemos perceber o quanto somos capazes de continuar nosso sonho e poder continuar nossa caminhada, mesmo tendo filhos, mesmo aparecendo grandes desafios no nosso dia a dia. O lado ruim disso tudo é que nem todas as universidades adotam as medidas acima mencionadas; isto é, algumas mal têm uma licença-maternidade, ela não é sequer discutida e nem informada para as alunas grávidas.

Percebo, portanto quão díspares são as experiências das mães universitárias nas diferentes instituições de ensino superior, mesmo havendo determinações legais que deveriam pautar as licenças – maternidade nesse âmbito.

Capítulo 3. Análise das entrevistas e as narrativas das mães universitárias

Neste capítulo debruço – me sobre as entrevistas e as narrativas das mães que hoje estão na transição mãe e universitária, assim desempenhando um duplo papel. Foram realizadas dez entrevistas com mães que já tinham filhos ao ingressarem na universidade e com mães que no percurso da universidade ficaram grávidas. No total do questionário foram realizadas sete perguntas, que analiso ao longo deste capítulo.

É importante afirmar que todas as mães entrevistadas ainda estão cursando Pedagogia na UFRJ no início de 2019, com filhos de idades que variam de 0 a 6 anos. As entrevistadas moram em diversas regiões da cidade do Rio de Janeiro (da Zona Norte à Zona Sul).

A metodologia de pesquisa realizada neste trabalho acadêmico constitui uma pesquisa bibliográfica com instrumento de coleta de dados, de natureza qualitativa. As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário previamente estruturado feito no período de março a agosto de 2018, respondido por dez mães estudantes com sete perguntas.

Os relatos foram colhidos com a finalidade de saber sobre as dificuldades e as vivências dentro da faculdade, para dar voz às mães que hoje em dia sofrem com vários desafios na vida de uma mãe universitária.

As entrevistadas serão identificadas como M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7, M8, M9 e M10, correspondendo, respectivamente, a Mãe1, Mãe2, Mãe3, assim por diante, de modo a facilitar a reprodução de trechos das respostas, bem como sua análise.

A questão número 1 é relativa aos dados pessoais das mães como nome, idade e bairro onde moram. Tal questão busca conhecer informações básicas de identidade dessas mães.

O objetivo da questão 2 é conhecer como as mães definiriam uma mãe universitária, como elas se veem nessa grande tarefa.

Destaco a seguir as respostas da questão 2 das colegas entrevistadas, as quais revelam como elas se autodefinem mães universitárias:

QUESTÃO 2: Como você definiria uma mãe universitária ou mães universitárias?

M 1: Ser mãe universitária é ficar entre as crianças, os brinquedos, os livros, os artigos e as folhas. É, muitas vezes, não conseguir se organizar, porque é muita coisa pra dar conta: casa, filhos, marido e faculdade. É levar criança para a universidade, pra aula de campo, pra trabalho de campo e para o estágio. É não conseguir terminar o curso no prazo mínimo estipulado pela universidade. É ouvir um colega dizer: “mas também, pra que foi ter filho, primeiro tem que terminar a faculdade!”. É dizer às crianças que não pode brincar agora, não pode passear agora, porque está fazendo trabalhos da faculdade. Mas, também, é trazer um pouco das experiências positivas da faculdade, especialmente do curso de Pedagogia, para casa.

Simone de Beauvoir (2016, p.330) destaca a respeito da função social da mulher na contemporaneidade, que, contrariamente a ser notada por outrem como dona de casa, esposa e mãe, a mulher ocidental moderna almeja ser vista como mulher. Ela procura “a satisfação como mulher na vida social”, não é um caminho fácil, como bem ilustram os depoimentos.

M 2: Insistente e Resistente, são duas palavras que me definem como mãe e universitária.

M 3: É dar nó em pingo d'água, precisando ser presente na vida e educação do filho paralelamente a tudo que é exigido para a formação na faculdade. Se trabalhar então...

M 4: Uma mãe que tem seu objetivo definido, que enfrenta as dificuldades que vamos encontrando no caminho sem desistir. Uma mãe universitária é persistente.

M 5: Mulher maravilha!! kkk Outro dia minhas colegas de sala perguntaram: “ah, como você consegue?” Respondi: “não consegue!” E é assim mesmo. Como você vai administrar dentro de você, isso é o grande desafio.

M 6: Determinada.

M 7: A luta e a coragem é algo que temos que buscar, pois só assim conseguimos subir cada degrau rumo ao diploma, a força e a coragem encontramos na cria, pois pensamos e acreditamos que através do nosso sucesso ela terá uma vida digna e mais leve.

M 8: Polivalente. Capaz de exercer qualquer função, mas ao mesmo tempo exausta.

M 9: Uma mulher que, por força maior, é mais esforçada que os demais.

M 10: Definiria antes de tudo como o ser humano do sexo feminino que diariamente precisa se desdobrar em várias para dar conta de casa, trabalho, se formar na faculdade e do (s) filho (s). Uma mulher que mesmo esgotada ainda busca lá no fundo do seu ser forças para vencer na vida e provar para a sociedade que mesmo diante de tantas adversidades consegue vencer o sistema.

Ainda em relação às respostas obtidas na questão 2, percebemos que nós, mulheres, somos, sim, Mulheres Maravilhas! “Mas será que é isso mesmo que queremos?”, pergunto – me durante a elaboração do presente trabalho.

As respostas das M2, M4, M6, M7, M8 e M9 definem uma mãe universitária com palavras fortes que resumem uma vida intensa. Já as da M1, M3, M5, M7 M10 apontam para a necessidade de se organizar para conseguir resistir às inúmeras exigências da tripla jornada, dividida entre as tarefas dentro de casa, o trabalho, a educação dos filhos e a faculdade. Enfim percebemos nos comentários reproduzidos uma demanda constante, um grande desafio ser mãe universitária.

A questão 3 retrata a família, que costuma agir como um apoio emocional e físico, como parte essencial e primordial para o sucesso nos estudos.

QUESTÃO 3: Quando você descobriu que estava grávida teve apoio da família? De que modo?

M 1: Tive apoio familiar. Quando descobri que estava grávida, minha família me deu muito apoio emocional. Sempre dizendo que “ser mãe é algo especial” e que “um bebê é sempre uma benção para a família”. O apoio da família veio também em torno dos cuidados com as crianças. Sempre se colocaram dispostos para ajudar a cuidar das crianças, “tomar conta quando necessário”.

M 2: Eu não tenho família, mas a família do meu companheiro me acolheu.

M 4: Toda minha família me deu apoio, se oferecendo para olhar minha filha enquanto eu ia para a universidade e para os estágios.

M 5: Mais ou menos. Minha família não é muito unida. Minha mãe me tirou de casa, fui morar com a minha avó, mas com toda aquela pressão, pois o pai dos meus filhos morava e trabalhava em outra cidade, até que eu fui morar com ele.

M 6: Sim, minha mãe e meu marido ficam com meu filho para que eu possa fazer as aulas e os trabalhos em casa.

M 7: Sim, tive muito apoio e carinho dos meus familiares, apesar de morarem em outro estado, e dos pais do meu esposo.

M 8: Sim. Foi uma decisão em conjunto, foi uma gestação planejada e desejada.

M 9: Sim, todo apoio. Apesar que eu e meu esposo estávamos planejando o segundo filho para final de 2019, quando teoricamente terminaria minha faculdade. Meu menino foi uma surpresa bem-vinda em nossas vidas. Conto com o apoio dele que fica com meus dois filhos à noite para eu ir à faculdade duas vezes na semana, chego atrasada na aula, pois ele sai do trabalho às 18h e quando tenho aula à tarde, eu deixo minha filha na escola às 13h (chegou atrasada também) e vou para a aula com meu bebê de 3 meses, pois o acho muito pequeno para deixar com alguém, não tenho familiar por perto para me ajudar nessa situação.

M 10: Assim que eu e meu esposo nos casamos, as nossas famílias já demonstraram o desejo de ganhar um novo membro. E quando descobri a gravidez tive total apoio. Tive apoio no pré e pós-parto, tanto minha mãe quanto minha sogra me ajudaram no resguardo. Ajudaram-me a superar os dias que meu filho precisou ficar na UTI da maternidade desde o dia de seu nascimento, no total foram 25 dias internado. E até hoje me ajudam no que podem quando preciso que fiquem com meu filho. Meu irmão do meio, a tia do meu esposo, minha mãe, minha sogra e meu esposo foram muito importantes nesse momento.

Vimos que a maioria das entrevistadas teve apoio da família, o que é muito importante para as mães universitárias. Certamente esse fator contribuiu para que elas conseguissem seguir uma carreira universitária. No caso das mães que não têm apoio familiar, elas tentam manter os estudos ao contar com o apoio psicológico da universidade, de uma creche ou com a ajuda de parentes próximos, pois as mães, como vimos na questão dois, referem-se à pressão com o acúmulo de demandas, devendo desdobrar-se para cumprir a tríplice jornada (estudos, casa e trabalho).

Com relação aos papéis sociais das mães universitárias, Miller (2005) destaca:

A experiência subjetiva de ser mãe, em contraste com as “imagens antecipadas” acerca da maternidade, pode lançar a vida de mulheres em uma temporária confusão. Quando esta experiência está associada às exigências acadêmicas, como podemos notar, a situação revela-se ainda mais complexa. São muitas as mudanças, envolvendo um verdadeiro processo de reconstrução do self para abarcar não apenas a nova posição: a de mãe, mas para refazer uma outra – a de universitária – que vinha se construindo dentro de um determinado padrão, e que, após o nascimento do filho, precisa adequar-se à nova situação.

A questão 4, respondida por nove das dez entrevistadas, refere-se aos direitos das mães universitárias e ao possível apoio acadêmico.

QUESTÃO 4: Durante o período da gravidez, você contou com apoio acadêmico e institucional na FE/ UFRJ com relação a seus direitos? Exemplifique.

M 1: Quando entrei para a UFRJ eu já tinha dois filhos. Não tive apoio.

M 2: Não, me senti perdida. Soube da existência do READ [Regime Especial de Atendimento Domiciliar], mas não tive explicação sobre o mesmo e não tive apoio também. Recebi um abraço seco e uma batidinha nas costas junto com a pergunta: “Não é melhor você trancar”

Eu me identifiquei com a situação de M2, pois me sentia perdida e não dispunha de informações sobre meus direitos acadêmicos com relação à continuidade dos estudos logo após o nascimento de minha filha. Foi naquela época que conheci minha orientadora, que me motivou a continuar os estudos e explicou-me o que fazer para tal, o que representou um estímulo para chegar a este momento de conclusão do curso.

M 4: Tive um pequeno período que pude ficar em casa sem ter que trancar minha matrícula e o READ [Regime Especial de Atendimento Domiciliar], os professores encaminhavam para mim os trabalhos e leituras por e-mail.

M 5: Não. Minha gravidez aconteceu antes do curso.

M 6: Tentei pedir o auxílio de atendimento em casa durante a gravidez por ser gravidez de risco, mas não consegui e infelizmente tive que trancar um período.

M 7: Não considero ter recebido nenhum apoio ou acompanhamento da faculdade.

M 8: Quando ingressei na UFRJ, meu filho já tinha 6 anos. Não estava na graduação durante a gestação. Meus desafios são mais voltados para onde deixar a cria quando a escola dele não funciona ou o pai vai trabalhar, ou quantas matérias devo cursar para não ser tão ausente.

M 9: Na minha primeira gravidez, quando descobri que estava grávida, tive que trancar a faculdade e só voltei quando ela ia fazer 1 ano. Na gravidez do segundo filho, apesar de passar por situações que deveria ficar de repouso, eu resolvi dar continuidade e não trancar e levar como podia. Iniciei 2018.1 com 4 meses de gestação e fiz minha grade com 4 disciplinas, frequentei as aulas normais e não vi nenhum preconceito de nenhum professor, não, muito pelo contrário, todos estavam solícitos e sempre preocupados. No último mês que fui procurar saber do processo READ. Meu primeiro contato para procurar saber foi com a antiga coordenadora Ana Prado que me deu o suporte em como e quando eu daria entrada no READ e como funcionava, quando de fato meu filho nasceu eu precisei ir na faculdade para dar essa entrada e ao procurar alguém da secretaria, muitos não sabiam como funcionava, mas por fim, dei a entrada. São 3 meses a partir da data de nascimento do filho e nesse período eu recebia os e-mails da atual coordenação que intermediava minha relação com os professores, fazia cobrança sobre os trabalhos etc.

M 10: Como mãe de primeira viagem, tudo era muito novo e até em relação aos meus direitos na faculdade. Não posso afirmar que não contei, pois não procurei me informar por não saber que esses direitos existiam. Apesar de não procurar, essas questões poderiam estar mais explícitas.

Muitas mães, assim como eu, não obtiveram muito apoio nem contato com pessoas que soubesse explicar sobre nossos direitos, ficamos perdidas, não sabemos quando entrar com o READ (Regime Especial de Atendimento Domiciliar), o que fazer quando se volta às aulas depois das primeiras semanas após o nascimento. Cabe comentar que, em muitos casos, os trabalhos solicitados pelos professores demandam grande dedicação em termos de tempo e de exigências acadêmicas. É preciso lembrar que os bebês exigem das mães dedicação integral e são completamente dependentes delas logo após o nascimento.

Sendo assim, considero que a Universidade poderia modificar o Regime Especial de Atendimento Domiciliar às mães, aumentando o atual período de três meses para, no mínimo nove meses, pois é quando os bebês já estão se alimentando de frutas e legumes. É preciso ainda mencionar que a (ONS) Organização Nacional de Saúde, recomenda o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida.

Muitas mães não têm conhecimento da Lei 6.202, de 1975; a Universidade, entretanto, não facilita canais de divulgação sobre o assunto em questão. Destaco a seguir o artigo 1º dessa lei que:

Regulamenta o regime domiciliar para estudantes, garantindo um afastamento de três meses, a partir do oitavo mês de gravidez. O período de afastamento, no entanto, é determinado por atestado médico, apresentado à direção da escola. A licença-maternidade também não garante, por exemplo, abono de faltas (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm).

A questão 5 aborda a opinião das mães universitárias a respeito da Faculdade de Educação, se ela está preparada para receber mães universitárias é que precisam levar as crianças para a faculdade, e também se a Universidade dispõe de condições para a permanência dessas mães. Três das dez mães responderam que não, pois para elas, faltam políticas de permanência dentro da Universidade.

QUESTÃO 5: Você considera que a FE está preparada para receber estudantes com filhos pequenos, oferecendo-lhes condições que possibilitem a permanência de mães na Universidade?

M 3: Acho que deveria ter uma creche/espaco de recreação para a mãe poder deixar os pequenos sem preocupação nos horários de aula e estágios. A minha filha vai comigo às vezes e fica em sala de aula. Já vi muitas mães com crianças de várias idades assim.

M 4: A permanência é o que mais dificulta, poderiam estender esse tempo de READ por um período maior, pois muitas vezes temos que voltar com nossos filhos ainda muito pequenos e sem ter com quem deixar, por vezes moramos muito longe da universidade e sem ter condições de carregar os bebês, pegando dois ou até três conduções em horário de pico. A permanência nesse comecinho deveria ser melhor pensada. E depois que crescem um pouco a universidade muitas vezes não entende os motivos de falta, motivos que nos fazem não render tanto nas aulas.

M 5: Acho que sim. Ao ter conhecimento da minha condição, todos os meus professores se mostraram solícitos, até me disseram que se precisasse levá-los não teria nenhum problema.

M 7: A Universidade e a FE não possuem nenhum aparato para receber mães com suas crias na Universidade. No meu caso eu ia com meu pequeno para a faculdade e meu esposo ia junto à noite, para que eu não desistisse. Não tínhamos ninguém para ficar com o bebê durante o dia e à noite pelo menos ele saía do trabalho e ficava com o bebê para eu assistir às aulas.

M 8: Não. Apesar de se tratar de um curso de formação de professores que irão lidar com crianças a universidade não tem nenhum preparo para receber os pequenos, desde o espaco físico à compreensão, nada está adequado.

M 9: De forma alguma. E eu particularmente não saberia dizer como poderia ser feito, uma política para as mães, é tudo muito difícil, sabe, conciliar ser mãe e universitária.

M 10: Acredito que não é que a universidade não esteja preparada, ela está caminhando para oferecer mais possibilidades a essas mães. No meu caso, por exemplo, tive meu filho em 2015 e por duas vezes fui à faculdade para trancar, porém estava em período de greve e não voltei mais. Fiquei dois períodos sem frequentar e a minha matrícula foi trancada automaticamente. Quando senti que eu já poderia voltar a estudar e poder concluir o meu curso de Pedagogia foi quando meu filho já tinha um ano de idade. Na época (2016) a coordenadora era a professora Ana Prado. Fui ao protocolo abri processo e escrevi para a coordenação sobre minha situação e o desejo de concluir meu sonho, de ter o diploma da UFRJ. A professora Ana me deu todo apoio para que eu concluísse e assim minha matrícula estava novamente ativa.

Analisando as respostas das mães, vejo que uma parcela bem pequena teve apoio do corpo acadêmico e obteve informações sobre a permanência em uma Universidade pública, visto que um curso de formação de professores composto por 99% de mulheres,

mães, estudantes e trabalhadoras poderia, sim, ter uma preocupação maior no que diz respeito a receber mães universitárias e possibilitar sua permanência na Universidade. Não existem políticas públicas ou leis que garantam a permanência, são poucas as universidades que ofertam vagas em creches; uma delas é a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que conta com uma sala de recreação oferecida pela universidade.

A construção de assistência estudantil para as mães universitárias, uma bolsa auxílio creche ou até mesmo uma creche universitária, evitariam a evasão escolar e ampliariam o acesso ao ensino superior dessas mães que querem realizar o sonho de se formar.

Na questão 6, abordo algo vivenciado por mim em uma situação problema, pois, fui alvo de olhares de discriminação do público por estar com minha filha bebê participando de uma oficina em espaço acadêmico no campus do Fundão. Em outra ocasião, uma professora do curso de Pedagogia, ao saber da minha gravidez, recomendou-me, sem pensar duas vezes, que trancasse a matrícula e que retornasse depois. Tal comportamento, paradoxalmente, acabou sendo um estímulo para escrever esta monografia; senti desde então que precisava aprofundar a questão teoricamente, de modo a defender e melhor compreender o olhar das mães universitárias.

QUESTÃO 6: Alguma vez você foi alvo de discriminação ou após a gravidez na Faculdade de Educação / UFRJ?

M 1: Como eu disse, não frequentei o curso grávida porque meus filhos já eram nascidos quando entrei para a Pedagogia, mas já sofri discriminação por ser mãe.

M 2: Sim, além dos vários olhares pelo campus de pessoas perplexas. Eu cursava a disciplina W, e o professor X disse que nos avaliaria através de duas provas que valiam 5 cada. Fiz a primeira prova e tirei 4,8, a segunda prova aconteceria no fim do período. Durante a trajetória, acabei excedendo as faltas limites, por não conseguir chegar na faculdade. Houve vários episódios onde passei mal na rua, tive que ligar para o meu companheiro me buscar. Mandei fotos para o professor para provar que eu não comparecia a aula porque não consegui. Bem, para que eu pegasse um atestado eu teria que ir à maternidade do LINS e eu morava em Jacarepaguá e tinha passado mal no centro da cidade. Enfim, o professor disse que eu estava reprovada e que não poderia fazer nada por mim, que sabia que eu era uma aluna esforçada, interessada, mas infelizmente ele não poderia fazer nada. E mais, disse que não adiantava nada eu ir na COAA e realmente não adiantou. Mesmo contra a minha vontade, triste e angustiada eu fiz a segunda prova, fiquei com 7,5 e fui reprovada. No dia em que ele falou de forma bem dura que eu estaria reprovada por faltas, eu passei o dia inteiro chorando e desisti de fazer o trabalho de avaliação de outra disciplina. A minha vontade foi desistir de tudo. Até que o professor Z foi super compreensivo, pediu que eu entregasse os 10 trabalhos de avaliação, até uma

data x. Me motivou, me disse palavras acolhedoras, por isso não desisti. Nessa disciplina eu fui aprovada com 9,8.

M 4: Nunca fui. Sempre dei um jeitinho de manter as minhas obrigações em dia, mesmo com as dificuldades. Passei por um período em que minha filha ficou internada, mas com a força que me davam, consegui cumprir os prazos dados para os trabalhos e ir fazer as provas.

M 7: Durante a gravidez não, mas quando Samuel ia comigo para a escola sim, era bem difícil, pois falavam que Samuel atrapalhava. Recebi também apoios de alguns amigos e professores, porém bem pouco.

M 9: Pelos professores e colegas de classe não, na verdade o alunado de Pedagogia é bem mais receptivo quando o assunto é uma colega gestante ou com criança, por vezes se esbarra com criança no corredor do campus, porém os demais de outro curso, já olham com estranheza, você percebe quando o olhar é “torto”. Exemplo: na fila do bandejão, por estar gestante os funcionários me permitiam entrar direto, pois seria complicado ficar em uma fila imensa, mas já os colegas da fila não gostavam, mas isso não tem nada a ver com a faculdade, vejo mais como questão particular, os funcionários e alunos num todo me tratavam bem.

M 10: Nunca fui alvo de discriminação nem durante e nem após a gravidez. Não tenho o que falar da Faculdade de Educação, sempre que levei meu filho ele foi muito bem tratado por todos os docentes que cruzavam nosso caminho durante as orientações de monografia. Em sala de aula mesmo nunca o levei, porém vi várias amigas levarem seus filhos em algumas aulas e o tratamento dos professores na minha observação foi de extremo respeito e acolhimento.

Nos casos acima, quatro das dez entrevistadas (M3, M5, M6 e M8) disseram não ter ocorrido nenhuma discriminação. Entretanto, cabe comentar os casos das outras mães, que vivenciaram diferentes situações de discriminação, a saber: uma, por ser mãe universitária; outra, porque o professor a reprovou por faltas; outra, que relatou não ter sofrido discriminação, mas, entretanto nunca levou seu filho à Universidade; porém, outra ainda, desabafou sobre o desconforto sentido dentro da sala até mesmo por alguns de seus próprios colegas da Pedagogia que discriminam as mães universitárias.

As situações narradas ilustram bem o cotidiano muitas vezes vivido pelas mães universitárias. A análise das entrevistas e a pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração desta monografia permitiram-me conhecer diversos relatos em várias Universidades de todo o Brasil, sejam públicas ou privadas, onde professores pedem para a mãe sair de sala porque a criança atrapalha a aula, ou porque o conteúdo exposto não pode ser ouvido pela criança. Há outros que fazem piadas e há ainda os que chegam ao extremo de sair de sala, por exemplo, dizendo que não dariam aula com uma criança dentro de sala. Há casos são absurdos, infelizmente, em todo o Brasil; ainda faltam leis que protejam as mães universitárias com um pouco de dignidade sobre seus direitos.

Existem, porém, casos maravilhosos também, de professores que pegam as crianças no colo e continuam a dar aula acalmando-a, de professores que deixam as mães à vontade em sala, de professores que ajudam, seja com uma palavra carinhosa ou com um abraço acolhedor. São experiências assim que estimulam as mães a continuarem nos estudos até alcançar em seu sonho.

Na questão 7 procurei conhecer algumas sugestões das mães universitárias no que diz a respeito a como podemos construir uma Faculdade de Educação melhor no atendimento às mães universitárias, seja com atendimento psicológico, atendimento para explicar e orientar as alunas sobre o (READ) Regime Especial de atendimento domiciliar ou criando um ambiente inclusivo.

QUESTÃO 7: Que sugestões você daria para uma melhor inclusão das mães universitárias na Faculdade de Educação / UFRJ?

M 1: Penso que a sociedade tem uma ideia e a universidade compartilha essa concepção, de que primeiro a mulher deve crescer academicamente e profissionalmente para depois ter filhos. A universidade considera que esse é o correto. Acredito que o primeiro passo para uma política de inclusão é desconstruir esse tipo de preconceito, e conscientizar as pessoas (alunos e professores) de que não há um certo ou errado.

M 2: Os nossos direitos precisam ser expostos e bem explicados, todas devem ter conhecimento. Os professores precisam ser orientados quanto a isso. A gravidez é algo natural e não impede ninguém de chegar aonde quer, porém sabemos das dificuldades de um corpo que está gerando outro corpo. Por isso, sugiro mesas de debate com essa temática, reuniões, palestras... um projeto de creche também poderia ser pensado para o espaço da Praia Vermelha.

M 3: A creche, a mesma poderia contar com estagiários da própria Pedagogia e este estágio poderia ser o obrigatório.

M 4: Poderia ser pensado em uma creche para as mães que estudam e trabalham na universidade. Mas uma creche que atenda realmente às mães que precisam, não sorteio, e dentro do campus que a mãe atua.

M 5: Um fraldário talvez. Não tenho conhecimento se existe ou não fraldário nas instalações da UFRJ, mas seria ótimo, mostraria que aquele ambiente está preocupado e preparado para aquela discente-mãe. Quanto à política administrativa, não tenho conhecimento, mas seria bom fazer conhecer os meus direitos como discente-mãe, grávida, lactante. Melhor acesso à informação.

M 6: Lugares adequados para troca de fraldas, esquentar papinha e guardar leite ou comida.

M 7: Acredito que um espaço onde as mães sejam acolhidas, onde podem ficar com suas crias, além de uma creche na Faculdade de Educação para que as mães possam estudar, uma creche para as mães universitárias deixarem suas crianças em segurança, com um corpo que tenha formação acadêmica.

M 8: Deveria ser criado um espaço onde a nossa própria prática de estágio em educação infantil se alinhasse a essa necessidade. Atenderíamos aos colegas com filhos e cumpriríamos nossa carga horária.

M 9: Primeiramente pelo menos ter 4 meses de período de READ. Acho bem complicado se exigir para compensação de presença nos três meses de READ, atribuindo um trabalho por aula, não foram todos, mas teve professor que acho que se esqueceu que existia ali uma mãe que acabou de ter filho e está de resguardo e passou um mundo de trabalhos para serem feitos e cada texto com umas 30 páginas. Penso que o ideal mesmo seria existir cotas na Escola de Educação Infantil da UFRJ para graduandas regularmente matriculadas que possuem filhos, seria perfeito.

M 10: Acredito que seria importante a faculdade conhecer a história de vida dos seus alunos, sei que são muitos e que dá trabalho. Criar projetos que contemplem essas mães, que as tragam cada vez mais para dentro da universidade, que possibilite sua permanência com tranquilidade. Que deixem expostos os direitos das alunas gestantes.

De acordo com as sugestões das mães, uma creche, um banheiro adaptado, uma sala de atividades para crianças, um ambiente para o aleitamento, um atendimento especializado para expor melhor nossos direitos, apoio psicológico e um auxílio- creche seriam alguns dos direitos das mães universitárias, pois existe, em algumas Universidades Federais, um auxílio- creche, como é o caso, por exemplo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); do oferecido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), que dispõe de uma sala de recreação para as crianças (foto abaixo); ou da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde existe um Projeto Rede Mãos Dadas de Apoio às Mães Universitárias, criado por alunos de Enfermagem que se revezam junto com alunos voluntários de outros cursos para cuidar das crianças, enquanto as mães estão em aula.

A partir dos exemplos citados, verifica-se que é possível estabelecer nas Universidades públicas políticas de permanência para as mães com filhos menores, de modo a estimulá-las a manterem os estudos e concluírem os seus respectivos cursos universitários.

Fotografia 3 - Sala para crianças na Universidade Federal do Paraná



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora à primeira vista o tema maternidade e os desafios das mães universitárias pareça ser simples, não foi nada fácil para mim encontrar informações precisas para esta pesquisa. O fato da temática estar diretamente relacionada com a minha própria vivência como gestante e mãe universitária representou uma identidade constante com os assuntos pesquisados. Se, por um lado, essa realidade traduziu-se em um estímulo cotidiano durante a elaboração da monografia, por outro, pode ter interferido para uma distância necessária para a escrita acadêmica. Sou consciente das possíveis implicações que a proximidade com o tema possa ter gerado.

Ao estudar a relação entre maternidade e vida acadêmica, analisei uma realidade que se revelou de forma severa aos desejos e à qualidade de vida da mulher estudante universitária, que se encontra em um dilema entre a sua satisfação pessoal e a busca por melhores condições socioeconômicas. A mulher atual se vê forçada a aspectos de sua subjetividade, entendida aqui como construção social e historicamente, em forte oposição entre a necessidade de realização pessoal e social e a crescente necessidade de formação acadêmica.

Diante dos resultados obtidos, percebo que esta pesquisa aproxima-se de outras que tratam do acolhimento das necessidades das mães universitárias com responsabilidades maternas que dizem respeito a questões psicológicas, políticas públicas, sociais e acadêmicas; aproxima-se, ainda, dos estudos que reconhecem a importância do papel da família no apoio que esta oferece em diferentes momentos às mães estudantes. Procurei nesta pesquisa tratar também da questão da conscientização das pessoas quanto à participação ativa em processos político-educacionais; do papel das universidades como produtoras de conhecimento, de modo a contribuir para o desenvolvimento da vida humana em sociedade e, ainda, da importância da condição de proteção integral às crianças.

Como mencionei no início deste trabalho, em minha vivência passei por algumas adversidades comparáveis às relatadas em alguns dos depoimentos que constituíram a pesquisa realizada com as mães do curso de Pedagogia. Senti falta de maiores informações para desenvolver a problemática da gravidez na universidade, a relação entre as políticas e a legislação que regem as mães universitárias e também o necessário apoio

de professores, que nem sempre se importam com a situação em que a mãe universitária esteja.

É importante afirmar que as mães estudantes universitárias, para dar continuidade a seus estudos, precisariam de outros mecanismos de apoio que deveriam ser implementados, como por exemplo uma bolsa auxílio como incentivo aos processos de retomada dos estudos após o nascimento de seu filho; uma oferta de horários que lhes permitam amamentar e cursar as matérias; a justificativa para abono de faltas mediante apresentação de laudo médico no caso da mãe se ausentar por motivo de saúde da criança; a possibilidade da mãe com gravidez de risco finalizar o semestre com atividades domiciliares e o aumento da licença-maternidade para no mínimo seis meses, isso sem os exercícios complementares.

Desse modo, é preciso valorizar as políticas que pretendem funcionar como ações facilitadoras da permanência das mães universitárias. Finalmente, não podemos deixar de incluir e de reconhecer as mulheres como grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho, quando na condição de mães. Esse aspecto é de fundamental importância para a inclusão de pautas reivindicatórias voltadas para as mães universitárias.

Espero contribuir com esta monografia para dar visibilidade às demandas das estudantes que se tornam mães no percurso da formação superior, bem como para destacar as necessidades de investimento por parte de políticas de assistência central de creches universitárias e de legislação mais rigorosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. *Professores Reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2007.

AQUINO, Estela M. L. *Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade*. In: Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006. Brasília, 2006, p. 11-18.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor Conquistado. O mito do Amor Materno*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. *Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEE, H. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRANDÃO, E. R. *Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência*. 2003. Tese (Doutorado Saúde em Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CORREA, M.D *Riscos obstétricos*. In: MAAKAROUN et ali. *Tratado de adolescência: um estudo multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1991. P. 380-389.

CORREIA, M. J. *Sobre a Maternidade. Análise Psicológica*. Vol. 16, n. 3, 1998, p. 365-371. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v16n3/v16n3a02.pdf>>. Acesso em: 24- 06 - 2018.

COSTA, L. P. *Mães universitárias ainda são 'órfãs' na UFS*. Blog do Contexto Online UFS. Blog do Jornal Laboratório do Departamento de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, 21 maio 2008. Disponível em: <http://blog-contexto-ufs.blogspot.com/2008/05/mes-universitrias-ainda-so-rfs-na-ufs_7495.html>. Acesso em: 22-06-2018.

COULON, A. *A Condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CURY, C. R. J. *Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença*. Cadernos de Pesquisa, n.116, p.245-262, jun. 2002.

DAYRELL, J. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Educação e Sociedade, Campinas, v.28, n.100, p. 1105- 1128, out. 2007. Disponível em: Acesso em: 10-01-2019.

FARIA, Ana Lucia Goulart de *Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, out. p.1013- 1038. 2005.

FINCO, Daniela; GOBBI, Maria A; Goulart, Ana Lucia F. *Creche e Feminismo*. Leitura Crítica, 2015.

GLAT, Rosana. *Mães e a vida continua*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

GREER, Germaine. *A Mulher Eunuco*. Rio de Janeiro: Artenova S.A, 1971.

LIMA, L. *Como é ter um filho durante o período acadêmico? É possível continuar os estudos?* Jornal laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, 07nov2007. Disponível em: <<http://universoufes.wordpress.com/2007/11/07/maes-universitarias/>>. Acesso em: 15-05-2018.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 7ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUDKE, Menga e Marli E. D. A. André. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U, 1986.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo: uma análise cultural de reprodução*. Tradução Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. (Coleção Sexualidade e cultura).

MELO, H. P.; Considera, C. M.; Di Sabbato, A. *Os afazeres domésticos contam*. Economia e Sociedade, v. 16, n. 3, 2007, p. 435-454. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n3/06.pdf>>. Acesso em: 23-05- 2018.

PERES, S. O.; HEILBORN, M. L. *Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência*. Caderno de Saúde Pública, v. 22, n.7, p. 1411-1420, 2006.

RAUPP, M. D. *Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas*. Educação & Sociedade, v. 25, n. 86, p. 197-217, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09-06-2018.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. de S.; SILVA, A. P. S. *Rede de Significações: alguns conceitos básicos*. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Art Med Editora, 2004.

SAMPAIO, S. M. R. *Observatório da vida estudantil: histórias de vida e formação na educação superior*. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA, 2008, Natal. Anais... CDROM.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, Joan. *Gênero na Política 01 História*. Nova York: Columbia University Press, 1988 (p.28-50).

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento - Um processo sócio-histórico*. 4ª. Edição. São Paulo: Scipione, 1997.

URPIA, amo, SAMPAIO, SMR. *Mães e universitárias: transitando para a vida adulta*. In: SAMPAIO, SMR, org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from Scielo Books.

WINNICOTT, Donald. *O bebê e suas mães*. Rio de Janeiro: Martins fontes, 2006.

ZITTOUN, T. *The use of resources in developmental transitions*. Culture & Psychology, Canadá, USA, 2003. Acesso em: 12-11- 2018.

Sites Consultados

Biblioteca Digital. Mulherio, 1981 ano I n 4. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25219>. >Acesso em 05-01-2019.

BBC News Brasil. Quais países oferecem as maiores e as menores licenças maternidade? Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_licenca_maternidade_paises_rm Acesso em 04-01-2019.

Como Conciliar Gravidez e os estudos durante a faculdade. Disponível em: <<http://blogcarreiras.cruzeirodosuleducacional.edu.br/2018/01/03/como-conciliar-gravidez-e-os-estudos-durante-a-faculdade-confira-aqui/> > Acesso em 10-03-2018.

Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm> Acesso em 05-01-2018.

Facebook: Instituto Vladimir Herzog Para Respirar Liberdade 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/institutovladimirherzog/posts/o-jornal-brasil-mulher-foi-um-dos-pioneiros-na-luta-feminista-do-pa%C3%ADs-criado-em-952379101494018/> > Acesso em 05-01-2019.

Facebook. Mães na Universidade Disponível em:

<<https://www.facebook.com/maesnauniversidade/> >Acesso em 05-10-2017.

Gazeta do Povo. Mãe e universitária: uma combinação possível. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mae-e-universitaria-uma-combinacao-possivel-3zn60jg589y61q70lu79e7yuz> >Acesso em 12-01-2018.

G1 Rio, Rio de Janeiro. Globo Comunicação e Participações S.A- Mães querem direito de levar os filhos para salas de aula em universidade. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/12/maes-querem-direito-de-levar-os-filhos-para-salas-de-aula-em-universidades.html> >Acesso em 01-05-2018.

G1 RN, Rio Grande do Norte. Globo Comunicação e Participações S.A. Mães universitárias enfrentam rotina de dificuldades para estudar na maior universidade do

norte. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/maes-universitarias-enfrentam-rotina-de-dificuldades-para-estudar-na-maior-universidade-do-norte.ghtml>> Acesso em 06-01-2018.

G1 RN, Rio Grande do Norte. Globo Comunicação e Participações S.A. Professor proíbe aluna de assistir aula acompanhada da filha de 5 anos na UFRN Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/professor-proibe-aluna-de-assistir-aula-acompanhada-da-filha-de-5-anos-na-ufrn.ghtml> Acesso em : 23-01-2018

G1 SP, São Paulo. Globo Comunicação e Participações S.A . Exceção no campus mães contam como é a vida de quem estuda e mora com os filhos na USP. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/excecao-no-campus-maes-contam-como-e-a-vida-de-quem-estuda-e-mora-com-os-filhos-na-usp.ghtml>> Acesso em 04-06-2018.

G1 SP, São Paulo. Globo Comunicação e Participações S.A. Lei que multa quem proibir mãe de amamentar em público entra em vigor. Disponível em : <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/lei-que-multa-quem-proibir-mae-de-amamentar-em-publico-entra-em-vigor.html>> Acesso em 07-01-2019.

Guia Trabalhista. Férias e Licença Paternidade. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/ferias_licenca_paternidade.htm> Acesso em 06-02-2019.

Grupo RBS. Donna. Mães universitárias falam sobre o desafio que enfrentam para continuar estudando. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2018/11/maes-universitarias-falam-sobre-os-desafios-que-enfrentam-para-continuar-estudando-cjpmymnr006qt0cn3i04nb0f.html>> Acesso em 05-01-2019.

Jus Brasil. Atenção Mães conheçam seus direitos. Disponível em: <<https://laurenfernandes.jusbrasil.com.br/artigos/457752460/atencao-mamaes-conhecam-seus-direitos.>> Acesso em 05-01-2019.

Jus Brasil. Benefícios do programa empresa cidadã para empresa e para seus empregados. Disponível em:

<<https://samuelviegasramalho.jusbrasil.com.br/artigos/333246359/beneficios-do-programa-empresa-cidada-para-a-empresa-e-para-seus-empregados.>> Acesso em 06-01-2019.

Lei nº 6.202, de 17 de Abril de 1975. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm> Acesso em 15-01-2018.

Lei 13. 536, de 15 de dezembro de 2017. Legislação Informatizada - LEI Nº 13.536, DE 15 de Dezembro de 2017 - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13536-15-dezembro-2017-785935-publicacaooriginal-154508-pl.html>> Acesso em 06-01-2019.

Lunetas. Ter filhos estando na universidade te faz uma errante na vida. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/ter-filhos-estando-na-universidade-te-faz-uma-errante-na-vida/>> Acesso em 10-01-2018.

Militância Materna. Mulheres-mães na Universidade sempre uma história de luta. Disponível em: <<https://militanciamaterna.com.br/queria-expressar-que-h%C3%A1-espas%C3%A7o-para-m%C3%A3es-dentro-das-universidades-mas-estas-devem-saber-que-ser%C3%A1-dcde4a2e4bd9>> Acesso em 10-01-2018.

Projeto de Lei nº 2350, de 2015 (Do Sr. Jean Wyllys). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361343> Acesso em 10-03-2018.

Projeto voluntário permite que universitárias deixem filhos com cuidadores durante aulas em universidade. Disponível em: <<https://razoesparaacreditar.com/cidadania/projeto-voluntario-universitarias-filhos/>> Acesso em 15-01-2018.

Reclame aqui. Universidade Unopar Cobrança indevida e negativação. Disponível em: <https://www.reclameaqui.com.br/unopar-universidade-norte-do-parana/licenca-especial-nao-atendida_RjHkVwqRusupDebk/> Acesso em 06-02-2019.

Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Chefia de Família. Disponível em: <Http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html> Acesso em 27-02-19.

Universidade Federal do Paraná. Para atender alunas com filhos pequenos, Setor de Educação inaugura Espaço da Criança. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/para-atender-alunas-com-filhos-pequenos-setor-de-educacao-inaugura-espaco-da-crianca/>> Acesso em 01-05-2018.

Universia . net. Universia Brasil. Gravidez não significa o fim dos estudos. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2008/10/20/421147/ravidez-universitaria-no-significa-fim-dos-estudos.html>> Acesso em 10-03-2018.

ANEXO

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELAS MÃES UNIVERSITÁRIAS

1 - Nome Completo:

- Idade:
- Bairro onde mora:
- Nome e idade do(a) filho(a):

2 - Como você definiria uma mãe universitária ou mães universitárias?

3 - Quando você descobriu que estava grávida teve apoio da família? De que modo?

4 - Durante o período da gravidez, você contou com apoio acadêmico e institucional na FE/ UFRJ com relação a seus direitos? Exemplifique.

5 - Você considera que a FE está preparada para receber estudantes com filhos pequenos, oferecendo-lhes condições que possibilitem a permanência de mães na universidade?

6 - Alguma vez você foi alvo de discriminação durante ou após a gravidez na Faculdade de Educação / UFRJ?

7 - Que sugestões você daria para uma melhor inclusão das mães universitárias na Faculdade de Educação / UFRJ?

Obrigada!!

A universidade é nosso lugar, pois nosso lugar é onde quisermos estar... Mães Universitárias !!!